



O estágio supervisionado em serviço social e o projeto de intervenção “Famílias e suas múltiplas configurações”

Arony Silva Cruz Paiva¹ - aronys1@gmail.com

Benimari Moreira² - bmoreira@mp.sc.gov.br

Daniele Cima Cardoso³ - cima83@gmail.com

RESUMO:

O estágio supervisionado é o primeiro contato com o exercício profissional e é fundamental para a formação dos Assistentes Sociais. Este trabalho apresenta uma vivência no estágio em Serviço Social e algumas reflexões sobre esse momento especial da formação, além de demonstrar a articulação entre teoria e prática. O estágio apresentado foi desenvolvido por uma estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e realizado no Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), na 21ª Promotoria de Justiça, especificamente, no Grupo de Apoio e Reflexão (GAR) - Equipamento de Extensão utilizado na Vara de Família. São apresentadas reflexões sobre a questão da família e suas múltiplas configurações, mediação e Serviço Social e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

PALAVRAS-CHAVE:

Serviço Social. Estágio Supervisionado. Relação Teoria-Prática. Famílias. Estatuto da Criança e do Adolescente.

1 Graduada de Serviço Social na UFSC e Estagiária de Serviço Social no Ministério Público de Santa Catarina.

2 Assistente Social e Analista em Serviço Social do Ministério Público de Santa Catarina.

3 Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (2013). Professora Substituta da Universidade Federal de Santa Catarina.

ABSTRACT

The supervised training is the first contact with professional practice and is essential for the formation of Social Workers. The presented work constitutes the socialization of an experience in the training field and some thoughts about that special time of formation. Concomitantly the articulation between theory and practice will prove herself. Experiences Internship Required I Course of Social Service, Federal University of Santa Catarina (UFSC), performed in the prosecution of Santa Catarina, in the 21st District Attorney will report up-specifically the Support Group and Reflection (GAR)- Extended equipment used in Family Court. We take as a parameter for the issue of such reflections Family and its Multiple Settings, Mediation and Social Services and the Statute of Children and Adolescents.

KEYWORDS

Social Service. Supervised Internship. Academic training. Families. Statute of Children and Adolescents.

1 Introdução

O presente artigo apresenta reflexões e discussões acerca da prática profissional do Assistente Social⁴, a partir da experiência de estágio supervisionado, com destaque para a formação do acadêmico de Serviço Social⁵ e posterior análise das ações desenvolvidas no Projeto de Intervenção.

2 O estágio supervisionado em serviço social: questões emergentes do campo, instrumentos, técnicas utilizadas e referencial teórico-metodológico

A experiência de estágio profissional no Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) foi supervisionada pela Assistente Social Benimari Moreira e pela Professora Daniele Cima Cardoso desde a inserção institucional, a elaboração do Plano de Estágio e o Projeto de Intervenção. Este último constituiu-se como tema deste artigo. O Plano de Estágio, elaborado imediatamente após a inserção institucional, norteou as atividades desenvolvidas pela acadêmica, pois continha o detalhamento dos procedimentos, técnicas e períodos previstos para a sua execução.

As bases norteadoras da proposta de estágio profissional no MPSC buscaram superar as tradicionais concepções do estágio como um momento para aprender a manejar somente o acervo teórico-operativo de Serviço Social. Constituiu-se no desafio de pensar competências e habilidades profissionais a partir das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Podemos dizer que a proposta deste trabalho foi potencializar a reflexão crítica da realidade e produzir conhecimento com vistas à disseminação dos resultados obtidos com essa prática.

Diversos tipos de entraves colocam-se ao trabalho do Assistente Social, mas, como profissional comprometido com o projeto ético-político, o importante é vislumbrar para cada fator limitante uma possibilidade. Segundo Iamamoto (1997), essas competências são fundamentais e complementares entre si. Competências que se apreendem na faculdade e se completam com a prática, acompanhando o dia a dia do trabalho profissional.

É necessário estar atento às questões que emergem no cotidiano profissional, considerando que as demandas individuais normalmente são pouco problematizadas e, portanto, atendidas com certa praticidade, ignorando as peculiaridades e as necessidades inerentes ao sujeito coletivo.

4 Profissional com graduação em Serviço Social e registro no Conselho Regional de Serviço Social onde trabalha. Atua em diferentes campos, como por exemplo: políticas sociais; sociojurídico; entidades públicas, privadas e não governamentais, dentre outros.

5 Profissão de nível superior regulamentada pela Lei 8.662/1993.

A dependência química, a infância e a juventude, o idoso, a saúde mental são exemplos nos quais o olhar para o coletivo não se esgota. Em áreas de intervenção onde o Serviço Social atua prioritariamente no âmago das famílias, como a saúde mental, o desafio do profissional está na compreensão da subjetividade e da interdisciplinariedade, como ressalta Vasconcelos (2008).

Segundo Pereira (2008, p.18),

A existência de uma pessoa portadora de transtorno mental grave em uma família tende a levar a mesma ao isolamento. Contudo é a interação das pessoas na sociedade, a criação de laços de amizade, culturais, de comunidade, de trabalho e/ou estudo, de solidariedade etc., que não só constituem importantes bases de apoio ao indivíduo e à família em momentos de crise, como também impedem o adoecimento e em determinados casos, a recaída.

A elaboração de grupos de discussão e informação voltados para esse público é uma importante alternativa de atendimento aos usuários, com importância especial aos assistentes sociais em sua intervenção junto à família.

Outra questão muito discutida no campo de estágio e que se constituiu no principal objeto dessa intervenção foi a reconfiguração familiar, ou seja, a família continua enquanto relação de coparentalidade, um interjogo de papéis que se relacionam com o cuidado global da criança, incluindo valores, ideais, expectativas que são dirigidas a ela, em uma responsabilidade conjunta pelo bem-estar desta (FEINBERG, 2002, VAN EGEREN; HAWKINS, 2004). Entretanto, isso não quer dizer que a coparentalidade exista apenas em situações de divórcio, pois ela está presente sempre que os pais, mesmo casados, negociam seus papéis, responsabilidades e contribuições para com seus filhos. A diferença é que, quando separados, os pais têm menos momentos e espaços em comum para efetivarem uma cooperação na educação dos filhos (MARGOLIN; GORDIS; JOHN, 2001). O término da relação de casal e não da parentalidade possibilitou ao Serviço Social trabalhar com a perspectiva de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes à convivência familiar, considerando a manutenção da família a partir do olhar dos filhos, independente de sua configuração, inclusive, almejando a permanência do convívio com a família extensa ou ampliada⁶ (MOREIRA, 2013).

Nessa perspectiva, o Grupo de Apoio e Reflexão (GAR) foi o espaço de intervenção do Serviço Social para discussão, reflexão e produção de mudanças a partir da história de cada integrante, identificando as múltiplas oportunidades de ampliar as formas de aplicação das técnicas de operacionalização das atividades em grupo.

Este paradigma norteou inclusive o Projeto de Intervenção do estágio, respeitando o que prevê o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) a respeito do direito da criança e adolescente ao convívio familiar e comunitário.

Enfim, constatou-se que o estágio é um campo privilegiado para a apreensão das diversas dimensões da profissão e, especialmente, para a identificação de suas implicações. Além disso, “o estágio tende a favorecer o aluno quanto à percepção crítica da realidade – suas contradições, limites e potencialidades” (ORTIZ, 2010, p.121) e, como afirma Ortiz (2010), é essencial pensar o estágio curricular obrigatório como parte fundamental da formação profissional e não como uma atividade extracurricular.

O referencial teórico-metodológico utilizado pelo Serviço Social dentro da 21ª Promotoria de Justiça foi o materialismo histórico-dialético, considerando as particularidades do contexto sócio-jurídico. As referências metodológicas foram os autores que discutem a família e suas múltiplas configurações, além das problemáticas em torno desse público, buscando-se não fragmentar a temática de família.

Os textos pretendiam embasar as atividades realizadas a partir da totalidade social, com percepção daquilo que fundamenta o modo de produção capitalista, ou seja, a contradição entre capital e trabalho, a luta de classes, a exploração do trabalhador, a precarização do trabalho, a

6 A família extensa ou ampliada é conceituada pelo parágrafo único do Art. 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente como “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.”

sobrecarga das famílias, os limites econômicos, os preceitos morais presentes e como esses elementos configuram a sociabilidade e as inúmeras consequências que isso traz para a vida dos sujeitos. Nesse sentido, o GAR apresenta-se como espaço de mediação para resolução de conflito, no qual todos os seus integrantes, independente da classe social, cor, religião e/ou cultura, têm o direito de participar ativamente. Busca-se nesse espaço possibilitar o acesso à informação, dando vez e voz aos seus participantes de forma indistinta, bem como permitindo aos usuários o questionamento das determinações que lhes trouxeram ali. Possibilita também que os integrantes se vejam como atores de um espetáculo do qual são capazes de escolher seu papel, não sendo ignorados seus determinantes sociais e condições materiais, ou seja, suas particularidades enquanto sujeito.

Sabe-se que o Sistema que lhes trouxe ao GAR infelizmente ainda reproduz a ordem societária vigente, que alimenta o autoritarismo. Contudo, cabe ao Promotor de Justiça na Vara de Família garantir o direito da criança e do adolescente, vítimas das disputas presentes no litígio, preconizado pelo ECA, em seu artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

As determinações judiciais são o principal caminho que os leva ao GAR, cabendo portanto a este buscar os instrumentos e técnicas que melhor se relacionam com a temática de família no seu processo de reorganização.

De acordo com Santos e Noronha (2010), os instrumentos estão relacionados com as condições objetivas e subjetivas de trabalho, e com as demandas que chegam aos profissionais do Serviço Social. No campo de estágio, além do atendimento direto e seus desdobramentos, existia a ação do GAR como outra demanda.

Os principais instrumentos e técnicas utilizadas durante o estágio foram: abordagem e plantão social; trabalho com grupos; entrevista; visita domiciliar; observação; o trato ético dos registros profissionais; reuniões de planejamento e avaliação; pesquisas (exploratória, bibliográfica, documental); registros de atividades e de práticas; leituras bibliográficas e análises de dados apreendidos. De forma peculiar, como uma ação do estágio obrigatório, foram desenvolvidos, para a execução do Projeto de Intervenção, materiais audiovisuais, didáticos, informativos e de divulgação.

A partir dos instrumentos utilizados, consideramos que as ações transformaram-se num exercício profissional crítico e competente, a partir do reconhecimento da instrumentalidade como mediação, implicando entender o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa (GUERRA, 1997). A instrumentalidade torna-se o campo de mediação que comporta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o fio condutor pelo qual elas traduzem-se em respostas profissionais.

3 Potencializando as vivências do estágio na realidade concreta através do projeto de intervenção: relato de experiência

O Projeto de Intervenção consistiu no planejamento, desenvolvimento da metodologia, execução, registro e avaliação da oficina “Famílias e suas Múltiplas Configurações”, na perspectiva de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, considerando a manutenção da família a partir do olhar dos filhos, independente de sua configuração.

Entendendo-se o GAR como espaço de intervenção do Serviço Social para discussão, reflexão e produção de mudanças a partir da história de cada integrante, identificou-se as múltiplas oportunidades de ampliar as formas de aplicação das técnicas de operacionalização das atividades do Grupo.

Após leituras e exibição de filmes, iniciou-se a construção da oficina “Filhos, Partilhar ou Compartilhar?”. A princípio, pensou-se na oficina a partir do filme “Kramer Vs. Kramer”, porém, no processo de supervisão, partindo da reflexão quanto ao período histórico do filme, quando a guarda dos filhos era majoritariamente materna, concluiu-se que não estaria em conformidade com o objetivo inicial do Projeto de Intervenção.

Dessa maneira, o formato de construção do vídeo foi alterado com o intuito de atender às expectativas da oficina sem abandonar o caráter pedagógico, ético e responsável do trabalho desenvolvido no GAR. As estratégias metodológicas foram pensadas com a intenção de promover a apreensão do conteúdo e a reflexão crítica por parte dos pais separados, integrantes dos grupos, elencando os efeitos e as possíveis violências causadas aos filhos nesse processo de separação.

O roteiro do vídeo produzido e exibido encontra-se anexo (Apêndice 6.3), além de outras ferramentas metodológicas como: cartazes que retratam o tema (Fig. 1, 2 e 3), programa da oficina (Apêndice 6.1) e formulário de avaliação (Apêndice 6.2).

A oficina foi aplicada no GAR em três encontros, realizados nos dias 12, 19 e 28 de novembro de 2013. As etapas de aplicação da oficina foram: dinâmica de integração (conteúdo e forma), exibição do vídeo, debate, mediações e aplicação do formulário de avaliação.

A autonomia profissional da Assistente Social, no que se refere à tomada de decisão para a aplicação da oficina nos encontros do GAR, possibilitou a efetivação do Projeto de Intervenção sem impedimentos.

Em relação à aplicação da oficina, especificamente, foi possível observar alguns aspectos importantes a partir da sua execução. Foi perceptível, por exemplo, que os pais não ouviam ou não percebiam as necessidades dos filhos em meio ao conflito. Essa era a questão mais presente nos debates, apontada em muitos momentos pelos próprios integrantes do Grupo, como: “eu não sabia que meu filho estava pedindo isso”.

A participação ativa da supervisora de campo na oficina propiciou a segurança necessária à ação interventiva da estagiária, garantindo a qualidade e o cumprimento de critérios preventivos no que tange à manutenção do respeito aos usuários presentes.

Os integrantes do GAR participaram ativamente, demonstrando interesse e responsabilidade nas questões problematizadas em relação aos seus filhos. Suas falas carregavam, principalmente, dificuldades em compartilhar os filhos. A problematização do tema com os envolvidos (pais, mães, avós, avós, atuais companheiros ou companheiras), com vistas a possíveis alternativas de minimizar sofrimentos, suscitou uma maior consciência das necessidades e possibilidades de mudança em suas ações, demonstrados nas falas apresentadas a seguir, coletadas por meio do formulário de avaliação:

- “Tudo de bom, e que deveria ser passada a cada pessoa uma cópia para que a gente jamais esqueça as regras, pois são muito boas!”
- “Ouvir seus filhos de modo que eles sintam que são importantes, independente se estão com o pai ou a mãe.”
- “Bom porque vários casais passam por isso.”
- “Positivo: o tema em questão (relacionamento pais e filhos.) Negativo: ouvimos coisas que não queremos.”
- “Positivo: pensar o que fala na frente dos filhos. Negativo: saber compartilhar os filhos com o pai, avós, tios e etc.”

Considerando que o Grupo é composto de pessoas de diversas classes sociais, médicos, advogados, pedreiros, empregadas domésticas, do lar, professores, etc., foi possível observar que, nas situações de conflitos relacionais, as falas se repetem, contrariando o exposto por Marx (1982): “os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante.”

Foi possível perceber, ainda, que os pensamentos, desejos e interesses manifestados pelos integrantes provêm, em determinado momento, do interesse da classe dominante, propagado em forma de ideologia, que delega ao Juiz, enquanto representante do poder, a solução do conflito vivenciado.

O GAR propõe uma reflexão profunda com vistas a uma possível construção coletiva, contribuindo para o fortalecimento dos sujeitos na perspectiva de garantia e/ou ampliação dos direitos previstos no ECA, bem como a emancipação humana, de acordo com o Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/93), à medida que potencializa este sujeito na dinâmica dos processos judiciais.

Por fim, um aspecto importante a ser citado é a dimensão educativa do Projeto de Intervenção. Segundo Iamamoto (2009), essa dimensão educativa da prática profissional viabiliza o acesso aos direitos e às formas de exercer tais direitos, possibilitando também que as demandas dos sujeitos sociais ganhem visibilidade e estimulem a organização dos diversos segmentos da classe trabalhadora para que tenham seus direitos reconhecidos. O Projeto de Intervenção “Famílias e suas Múltiplas Configurações”, materializado através da oficina “Filhos, Partilhar ou Compartilhar?” explicitamente possuía essa dimensão, pois possibilitou o conhecimento dos direitos e promoveu o debate acerca da violação destes.

4 Conclusão

A experiência de estágio supervisionado em Serviço Social revelou-se importante para o processo de formação e aprimoramento profissional, tanto para a estagiária quanto para as supervisoras. Para a instituição, sua importância está na medida em que promove a interface entre troca de saberes pautada em teoria e realidade acerca dos assuntos abordados. As diversas atividades nas quais a estagiária esteve envolvida propiciaram o desenvolvimento de elementos como a iniciativa, a proposição e a criatividade, tanto para a identificação da demanda, quanto na proposição de atividades. O planejamento do Projeto de Intervenção, sua elaboração, execução e avaliação, foram o caminho para a estagiária materializar seus conhecimentos teóricos. Coordenar reunião, apresentar trabalho e aplicar a oficina não só exigiram, como ampliaram a capacidade de comunicação da acadêmica em suas diferentes formas (comunicação oral, comunicação via internet, comunicação interinstitucional e profissional, etc.), elemento indispensável para a atuação profissional. O estágio transformou-se, ainda, num espaço de aprofundamento da temática da família, da criança e do adolescente.

Quanto à supervisão de campo, vivenciar o desenvolvimento “in loco” da proposta e o acompanhamento das discussões no processo avaliativo tornou mais rica a formação profissional. Por tratar-se de um campo de estágio com uma perspectiva diferenciada de atuação profissional no atendimento aos usuários, possibilitou atividades conjuntas entre estagiária e supervisoras de campo. Estabeleceu-se uma relação de complementaridade no momento da intervenção, além de criatividade e escuta atenta por parte da estagiária. O compromisso com o projeto ético-político da profissão sempre esteve presente nas intervenções da supervisora de campo. Suas ações foram guiadas explicitamente por uma vasta e rica bagagem teórica e metodológica baseada no método crítico dialético, no qual os sujeitos são vistos como cidadãos de direito. Sua formação e especialização na área de mediação de conflitos ficou evidente no domínio com que ela atuava nos conflitos presentes na dinâmica do GAR. Segundo Ortiz (2010, p.126), à supervisora de campo compete o conhecimento do currículo do curso de Serviço Social da instituição de ensino superior da qual o aluno faz parte, no caso, a UFSC, e os programas das disciplinas, possibilitando a proposição ao estagiário de “atividades que expressem o seu acúmulo de conhecimentos e amadurecimento intelectual, de modo a garantir resultados progressivos concernentes com nível de formação do aluno.” Esta aproximação da supervisora com a universidade fomentou a construção de todo o material produzido no decorrer do estágio, inclusive deste artigo.

Em relação à supervisão pedagógica coletiva, esta representou uma atividade importante por permitir a troca entre os diferentes campos de atuação, possibilitando a identificação de pontos

em comum, independente do local de exercício profissional e das especificidades das diferentes áreas. Tornou-se possível o acompanhamento dos desafios e possibilidades colocados no cotidiano profissional em diferentes instituições, e do desenvolvimento das intervenções dos diferentes colegas e seus resultados. A supervisão pedagógica foi articulada nesse semestre de forma dinâmica e criativa, permitiu o exercício da escuta, troca e completude nas relações entre estudantes e professor. A supervisora trouxe textos e discussões que contribuíram de forma significativa para as ações a serem desenvolvidas nos campos de estágio e também na formação profissional. A formação em Serviço Social é generalista e permite atuação em diversos espaços. Na supervisão pedagógica foi possível perceber os limites inerentes da ação profissional do Assistente Social independente das instâncias de atuação, sejam elas pública, privada ou do terceiro setor.

Outro fator relevante foi a aproximação das supervisoras de campo e pedagógica, pois, segundo Ribeiro (2010), a falta de articulação entre supervisão pedagógica e supervisão de campo impossibilita a interação fundamental entre a formação profissional e o mercado de trabalho do Assistente Social. Portanto, faz parte da relação entre teoria e prática, também, a relação entre supervisores pedagógicos, supervisores de campo e estudantes estagiários. É uma relação que envolve uma série de elementos cuja síntese expressa as condições reais em que ela ocorre: clareza política, disponibilidade, interesse e articulação, elementos que significam posicionamento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, favorecendo a construção da identidade profissional do estagiário.

5 Referências

- FEINBERG, M. E. Coparenting and the transition to parenthood: a framework for prevention. **Clinical Child and Family Psychology Review**, v. 5, n. 3, 2002.
- GUERRA, Yolanda. Ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.54. São Paulo: Cortez, 1997.
- MARGOLIN, G.; GORDIS, E.; JOHN, R. Coparenting: a link between marital conflict and parenting in two-parent families. **Journal of Family Psychology**, v. 15, n. 1, 2001.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RIBEIRO, Eleusa B. O estágio no processo de formação dos assistentes sociais. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Serviço Social: tema, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- SANTOS, Cláudia Monica dos; NORONHA, Karine. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social: uma perspectiva crítica. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Serviço Social: tema, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- VAN EGEREN, L. A.; HAWKINS, D. P. Coming to terms with coparenting: implications of definition and measurement. **Journal of Adult Development**, v. 11, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1023%2FB%3AJADE.0000035625.74672.0b#page-1>>.

6 Apêndices

6.1 Programa da oficina

Título da Oficina: “Filhos, Partilhar ou Compartilhar?”

Local: Grupo de Apoio e Reflexão (GAR).

Data: terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras.

Horário: 18h30min ou 14h00min

1 Apresentação (Duração: 5 min)

- Apresentação do tema da oficina e título
- Apresentação da Equipe e integrantes do GAR

2 Dinâmica de integração (Duração: 10 min)

Nome: “É possível partilhar o filho(a)?”

Material: massinha de modelar em duas cores, exemplo azul e verde.

Dinâmica: os integrantes farão dois bonecos, depois, com partes destes bonecos originais, far-se-á um terceiro boneco das mesmas cores porém mescladas. Conceito: os bonecos iniciais podem se separar, mas, o terceiro boneco mesclado de cores (o filho) é impossível partilhar, por isso, só lhes resta compartilhar.

3 Apresentação e Exibição do Vídeo (Duração: 25 min)

- Explicar que foi construído um vídeo para pensarmos sobre este tema.
- Pedir pra estarem atentos aos textos entre uma cena e outra, pois são importantes para a compreensão do todo. Os textos têm como objetivo contextualizar as partes que interligam o filme. A edição foi necessária para abreviar o tempo de exibição.
- Exibir o vídeo.

4 Debate e mediações (Duração: 40 min)

Após a exibição do filme, explicar que teremos um período de 40 minutos para debate, discussão, reflexões dos integrantes do Grupo e, se necessário, para as mediações da estagiária com supervisão da coordenadora do GAR.

5 Avaliação da Oficina (Duração: 10 min)

Será entregue o Formulário de Avaliação aos integrantes e dadas às instruções de preenchimento, bem como explicado qual seu objetivo.

6 Fechamento (Duração: 15 min)

Encerrar a atividade e conclusão da proposta da oficina.

6.2 Formulário para avaliação

Data:

Esta avaliação objetiva colher informações, opiniões e sugestões dos participantes sobre a forma como o tema “família, separação e filhos” foi abordado e se ele possibilita a reflexão.

Para cada item, assinale a opção que melhor reflete sua opinião.	Péssimo	Médio	Bom	Excelente
Tema escolhido				
Forma de abordagem				
Dinâmica apresentada				
Vídeo apresentado				
Conhecimento do(s) coordenadores(as) em relação ao(s) tema(s)				

7. Você indicaria a outras pessoas a participação nesta oficina?

Sim () Não () Justifique.

8. Comentários opcionais (sugestões, pontos positivos e negativos).

9. Que tema(s) sugere, caso realizemos novas oficinas?

6.3 Roteiro do vídeo

- Apresentação
- Família – Conceito (PNAS)
- Imagens de família retiradas do Google Imagens
- Crise em família com filho(a) – ruptura
- Mudanças e reconfiguração
- Imagens de famílias com estrutura inicial ruída e novas possibilidades
- Família a partir do olhar dos filhos
- Duas perspectivas: Partilhar (1) e Compartilhar (2)
- Referência no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
- Imagens de filhos com seus direitos desrespeitados (1)
- Imagens com seus direitos garantidos (2)
- 20 Pedidos de filhos de pais separados
- Créditos